

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação das atividades do Senado Federal

Ano III - Nº 602 - Brasília, quinta-feira, 4 de dezembro de 1997



Presidido por Antonio Carlos, o plenário do Congresso prosseguiu ontem o esforço iniciado na terça-feira para votar o conjunto de medidas destinadas a enfrentar a crise causada pelas bolsas de valores

Congresso aprova o ajuste fiscal

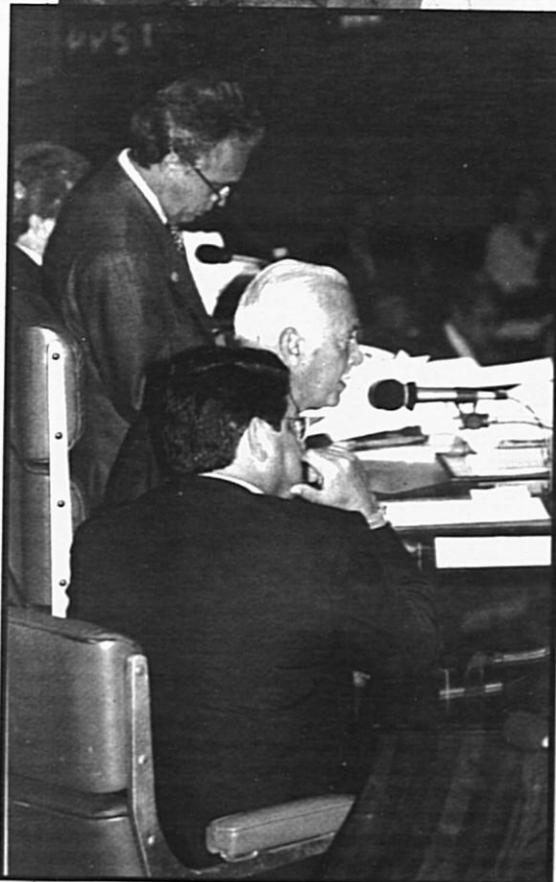
MP que trata da renda mensal vitalícia aos maiores de 70 anos foi a única não apreciada, a pedido do próprio governo, que vai reestudá-la

Ao aprovar sete medidas provisórias, o Congresso Nacional completou ontem a votação do ajuste fiscal. A oitava MP, a que trata da renda mensal vitalícia aos maiores de 70 anos, teve a sua apreciação adiada a pedido da própria liderança do governo, a fim de ser reestudada.

O esforço começou terça-feira à noite, com a MP que trata do Imposto de Renda, e prosseguiu até a madrugada de ontem, com a apreciação de mais três medidas: a que muda

a legislação previdenciária, a que trata dos saldos não reclamados de contas bancárias e a que disciplina a exportação indireta.

Reunido novamente ontem à tarde e à noite, o Congresso votou as três últimas medidas - a que altera a legislação relativa ao Regime Jurídico Único; a que cria o fundo de aval para micro e pequenas empresas e a que destina à amortização da dívida pública federal o superávit de fundos, autarquias e fundações. **Páginas 4 e 5**



Comissão vota crédito para o Ministério do Planejamento

A Comissão Mista de Orçamento, presidida pelo senador Ney Suassuna (PMDB-PB), estará reunida hoje, às 10h, para apreciar projeto de lei que abre ao Orçamento da Seguridade Social, em favor do Ministério do Planejamento, crédito suplementar no valor de R\$ 150 milhões. O relator da matéria, senador Jäder Barbalho (PMDB-PA), apresentou parecer favorável.

O outro projeto que será analisado pela comissão é re-



Parecer de Jäder é favorável

lativo a crédito suplementar no valor de R\$ 30,69 milhões, destinados ao Ministério Público da União e a diversos órgãos do Poder Judiciário. A maté-

ria, que tem parecer favorável do relator, deputado Flávio Palmier (PSDB-RJ), recebeu emendas de vários parlamentares, entre eles os senadores Romero Jucá (PFL-RR) e Carlos Bezerra (PMDB-MT).

Constam ainda da pauta dois requerimentos apresentados pelo deputado Paulo Bernardo (PT-PR): um deles solicita informações ao BNDES e o outro ao ministro do Planejamento e Orçamento, Antônio Kandir, sobre o plano de despesas globais dos estados.

Agenda do Dia

PRESIDENTE

Antonio Carlos Magalhães

10h30 - Presidência Sessão Deliberativa Extraordinária do Senado Federal

15h30 - Presidência Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal

PLENÁRIO

10h - Sessão Deliberativa Extraordinária do Senado Federal

Pauta: "PLS nº 25/97 - Complementar - cria o Fundo de Terras; *PDL nº 36/97 - aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Cultura de Ribeirão Preto Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Ribeirão Preto, estado de São Paulo; *PDL nº 37/97 - aprova o ato que renova a permissão outorgada à FM Cidade de Ribeirão Preto Ltda para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Ribeirão Preto, estado de São Paulo; *PDL nº 41/97 - aprova o ato que renova a outorga deferida à Fundação Cotrisel para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de São Sepé, estado do Rio Grande do Sul; *PDL nº 43/97 - aprova o ato que renova a permissão outorgada à Fundação Brasileira de Assistência e Educação - Fubae, para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Caraciaca, estado do Espírito Santo; e *PDL nº 45/97 - aprova o ato que renova a concessão da Rádio Liberdade de Sergipe Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Aracaju, estado de Sergipe

14h30 - Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal

Hora do Expediente: O tempo destinado aos oradores será dedicado a homenagear o nonagésimo aniversário do arquiteto Oscar Niemeyer, que transcorrerá em 15.12.97 (Requerimento nº 436/97, do senador Roberto Freire e outros)

Oradores inscritos: Roberto Freire, Francolino Pereira, Ney Suassuna, Pedro Simon, Eduardo Suplicy, Júlio Campos e Benedita da Silva

Pauta: Segundo dia de discussão da "PEC nº 63/95 - altera e revoga dispositivos da Constituição federal pertinentes à Justiça do Trabalho

COMISSÕES

10h - Comissão de Assuntos Econômicos

Pauta: Apreciação de diversas matérias, destacando-se: "OFS nº 103/97 - solicitação do estado de Minas Gerais para emitir Letras Financeiras do Estado de Minas Gerais destinadas ao giro da dívida mobiliária vencível no primeiro semestre de 1998; *PLS nº 252/97 - extingue a utilização da Taxa Referencial (TR); PLC nº 66/97 - dispõe sobre os crimes de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores, a prevenção de utilização do sistema financeiro para os ilícitos previstos nesta lei e cria o Conselho de Controle de Atividades Financeiras - Coaf; *PLC nº 67/97 - dispõe sobre a Contribuição Provisória sobre Movimentação ou Transmissão de Valores e de Créditos de Natureza Financeira - CPMF; e *MSF nº 190/97 - solicitação de autorização para con-

tratar operação de crédito externo entre a República Federativa do Brasil e o Bird, no valor de 20 milhões de dólares, destinada a financiar parcialmente o Programa de Aperfeiçoamento dos Instrumentos de Atuação do Banco Central do Brasil. Sala 19 - Ala Senador Alexandre Costa

10h - Comissão de Educação

Pauta: Apreciação de diversas matérias, destacando-se: "PLC nº 14/96 - dispõe sobre a proteção da propriedade intelectual de programa de computador e sua comercialização no país; *PLS nº 54/97 - dispõe sobre a reutilização de livros didáticos no ensino fundamental e médio; *PLS nº 239/96 - dispõe sobre o uso de legenda fechada na programação televisiva brasileira; *PLS nº 263/95 - dispõe sobre a educação a distância, e *PLS nº 230/96 - inclui conteúdos sobre direitos da criança e do adolescente e sobre violência sexual nos currículos do ensino fundamental e médio. Sala 15 - Ala Senador Alexandre Costa

10h - Comissão de Assuntos Sociais

Pauta: *PLS nº 93/93 - proíbe a exclusão de cobertura de despesas com tratamento de determinadas doenças em contratos que assegurem atendimento médico-hospitalar pelas empresas privadas de seguro-saúde ou semelhantes. Sala 09 - Ala Senador Alexandre Costa

15h - Comissão de Assuntos Sociais

Pauta: Recebe a Missão de Supervisão do Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento - Bird e do Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID que está no Brasil para avaliar a operacionalização do programa de Reforço à Reorganização do SUS - Reforsus. Sala 09 - Ala Senador Alexandre Costa

10h - Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul

Pauta: Avaliação dos impactos sobre o Mercosul, resultantes das medidas de ajuste fiscal recentemente emitidas pelo governo federal; agenda da XIII Reunião do Conselho do Mercado Comum, que será realizada no dia 15 do corrente em Montevidéu - Uruguai; e as posições a serem adotadas pela Representação Brasileira na X Sessão Plenária da Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul. A reunião contará com a presença do embaixador Renato Luiz Rodrigues Marques, diretor-geral do Departamento de Integração Latino-Americana do Ministério das Relações Exteriores. Anexo II - Plenário 15 - Câmara dos Deputados

10h - Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Pauta: *PL nº 56/97-CN - autoriza o Poder Executivo a abrir aos orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor do Ministério Público da União e de diversos órgãos do Poder Judiciário, crédito suplementar no valor global de R\$ 30.697.451,00. *PL nº 76/97-CN - autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento da Seguridade Social da União, em favor do Ministério do Planejamento e Orçamento, crédito suplementar no valor de R\$ 150.000.000,00. Anexo II - Plenário 02 - Câmara dos Deputados

Extinção da Taxa Referencial será debatida na CAE

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) reúne-se a partir das 10h de hoje sob a presidência do senador José Serra (PSDB-SP), para apreciar diversas matérias, entre as quais o projeto que extingue a Taxa Referencial (TR), que conta com parecer favorável do relator, senador Romero Jucá (PFL-RR).

O projeto de lei da Câmara que dispõe sobre a Contribuição Provisória sobre Movimentação ou Transmissão de Valores e de Créditos de Na-

tureza Financeira (CPMF), relatado pelo senador Waldeck Ornelas (PFL-BA), e o que trata da absorção pela União de obrigação do Departamento Nacional de Estradas e Rodagem (DNER), cujo relator é o senador Levy Dias (PPB-MS), também têm parecer favorável.

Será apreciado ainda requerimento solicitando a dispensa de diligências relacionadas a três pedidos de empréstimos externos formulados pelo governo do Paraná.

Direitos das crianças no currículo escolar

Conteúdos sobre os direitos da criança e do adolescente nos currículos do ensino básico, bem como noções sobre defesa de violência sexual, é o que propõe projeto de lei de autoria do senador Flaviano Melo (PMDB-AC), a ser apreciado hoje pela Comissão de Educação, que se reúne a partir das 10h. O projeto tem parecer favorável do senador Lauro Campos (PT-DF).

Também será apreciado projeto do senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) que dispõe sobre educação a distância, com o propósito

de democratizar o acesso ao ensino, inclusive de nível superior. A relatora, senadora Marina Silva (PT-AC), concorda com a proposição.

Projeto de autoria do senador Pedro Simon (PMDB-RS) que prevê a criação, nas entidades titulares de concessão para exploração de serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, de serviço de atendimento ao público, também será submetido hoje à análise dos membros da Comissão de Educação.

JORNAL DO SENADO

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães

1º Vice-Presidente: Geraldo Melo

2º Vice-Presidente: Júnia Marise

1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima

2º Secretário: Carlos Patrocínio

3º Secretário: Flaviano Melo

4º Secretário: Lucídio Portella

Suplentes de Secretário: Emilia Fernandes - Lúdio Coelho

Joel de Hollanda - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia

Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

Diretor da Sec. de Comunicação Social - Fernando Cesar Mesquita

Diretor de Divulgação e Integração - Helival Rios

Diretor do Jornal do Senado - Flávio de Mattos

Diretor da Agência Senado - José do Carmo Andrade

www.senado.gov.br

Executivo pode assumir acervo de Vargas

Projeto de lei de autoria do senador Pedro Simon (PMDB-RS) que autoriza o Executivo a assumir, como depositário legal, o acervo histórico e pessoal - objetos e documentos - do ex-presidente Getúlio Vargas, foi aprovado ontem, em caráter terminativo, pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), nos termos de substitutivo apresentado pelo relator, senador Francelino Pereira (PFL-MG).

O projeto original previa a criação de um Memorial Vargas, mas o relator preferiu excluir essa referência para deixar ao Ministério da Cultura - órgão a que atribui a tarefa de guarda dos bens - "em articulação com os familiares do ex-presidente, detentores do acervo, a escolha da melhor alternativa para conservação das peças e documentos".

De acordo com o texto aprovado, o Executivo deverá selecionar, dentre os prédios públicos ligados à vida de Getúlio Vargas, um que possa ser destinado a abrigar o acervo. Foi eliminada pelo relator a possibilidade de construção de um espaço específico para esse fim.

Segundo a justificativa de Pedro Simon, a neta de Getúlio, Celina Vargas do Amaral Peixoto, já manifestou a intenção de dispor dos pertences do ex-presidente para que a União assumira a guarda.

Niemeyer recebe hoje homenagem

A requerimento do senador Roberto Freire (PPS-PE), a primeira parte da sessão deliberativa ordinária do Senado de hoje será destinada a homenagear o arquiteto Oscar Niemeyer, que completa 90 anos no dia 15.

O senador justifica a homenagem com o argumento de que "Niemeyer está indissolavelmente ligado a Brasília e ao Congresso Nacional e, ainda mais, quando se leva em consideração a importância do homenageado no cenário da cultura nacional e o fato de seu nome identificar-se com o que existe de mais moderno na arquitetura mundial".

A votação do relatório de Sebastião Rocha é adiada e Benedita da Silva, incorformada com pedidos de destaque, solicita o sobrestamento da matéria

Planos de saúde têm dia decisivo na Comissão de Assuntos Sociais

A Comissão de Assuntos Sociais, presidida pelo senador Ademir Andrade (PSB-PA), acolhendo proposta do líder do governo na Casa, senador Elcio Alvares (PFL-ES), adiou para hoje a votação do parecer do relator, senador Sebastião Rocha (PDT-AP), e de voto em separado do senador Romero Jucá (PFL-RR) ao substitutivo da Câmara a projeto de lei do Senado que dispõe sobre planos e seguros privados de assistência à saúde.

Na reunião de hoje, marcada para as 10h, a CAS vota também requerimento da senadora Benedita da Silva (PT-RJ) solicitando o sobrestamento da matéria.

Tão logo Sebastião Rocha concluiu a defesa do seu relatório, destacando algumas das 23 supressões por ele propostas, o senador Romero Jucá pediu a palavra para anunciar que estava apresentando um voto em separado com apenas três emendas ao substitutivo da Câmara.

Para Jucá, o que deve ser regulamentado é um plano mínimo, adequado à atuação das empresas no mercado, de modo a proporcionar um equilíbrio sócio-econômico entre as partes.

Por sua vez, Sebastião Rocha ressaltou que os planos e seguros privados de saúde ainda estão totalmente livres de regulamentação legal, apesar de estarem vinculados a 40 milhões de brasileiros e movimentarem cerca de R\$ 17 bilhões, com possibilidades de atingir até 70 bilhões ao ano. Ele considerou "uma iniquidade" os subsídios proporcionados pelo Sistema Único de Saúde (SUS) aos planos e seguros privados.

Segundo o relator, enquanto o SUS dispõe de um orçamento anual de R\$ 20 bilhões para atender a 120 milhões de pessoas, os planos movimentam R\$ 17 bilhões por ano para uma cobertura de 40 milhões de usuários. "Ou seja, com quase o mesmo valor, o SUS tem obrigação de atender a, no mínimo, três vezes mais pacientes do que atendem as operadoras de seguros privados",



A comissão analisa hoje o parecer de Sebastião Rocha e o voto em separado de Romero Jucá ao projeto

disse ele.

Já Emilia Fernandes assinalou que o governo não deveria ter-se mantido ausente das discussões que antecederam a apresentação do parecer de Rocha, para, na última hora, conforme frisou, através de uma manobra regimental, substituir todo o trabalho dele por um voto em separado, que "simplesmente resgata o substitutivo da Câmara".

Com isso também concordou Benedita da Silva, para quem o governo deveria ter deixado claro desde o começo da tramitação da matéria na CAS que o texto oriundo da Câmara não seria modificado, poupando assim o relator de um trabalho exaustivo. Ela destacou que, con-

forme o próprio líder Elcio Alvares, o voto em separado de Jucá corporifica o pensamento do governo sobre essa questão.

Para o senador Osmar Dias (PSDB-PR), a estratégia do governo também deve ser criticada. No seu entender, nenhuma das duas propostas, a de Rocha e a de Jucá, satisfaz aspectos relevantes da regulamentação dos planos de saúde. O senador defendeu a necessidade de que haja um prazo maior para a discussão da matéria e anunciou que, como isso não aconteceu, votará "constrangido".

Os senadores Ottoniel Machado (PMDB-GO) e José Alves (PFL-SE) manifestaram-se a favor do parecer de Sebastião

Rocha. O senador Leonel Paires, o voto em separado de Jucá via necessidade de adiamento da votação, uma vez que já vinha acompanhando os debates sobre a matéria pela televisão. Sebastião Rocha assegurou que, "se o rolo compressor do governo derrotar" seu parecer sem discuti-lo ponto por ponto, apresentará destaques para todas as "23 supressões que constituem a principal contribuição do meu relatório".

O presidente da comissão, senador Ademir Andrade, esclareceu que, se for aprovado o voto de Jucá, cada senador poderá apresentar voto em separado a todos os artigos do substitutivo da Câmara.

Benedita contra "cartel da saúde"

A senadora Benedita da Silva (PT-RJ) informou ontem, na sessão conjunta do Congresso Nacional, que pediu o sobrestamento do projeto de lei que dispõe sobre planos e seguros de saúde privados, que teve a sua votação adiada pela manhã na Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

Para Benedita da Silva, a matéria deveria ser votada na forma do substitutivo do relator, senador Sebastião Rocha (PDT-AP), que, a seu ver, corrigiu distorções relativas às "benesses" que atingem somente as empresas exploradoras do setor de saúde, em detrimento dos usuários, contidas

no projeto que passou pela Câmara dos Deputados.

Ela disse que, como a CAS recebeu pedido de destaque de voto em separado (DVS) do senador Romero Jucá (PFL-RR), da base governista, o relatório de Sebastião Rocha ficou prejudicado, "obrigando-nos a apresentar um novo projeto". Benedita considerou uma "afrota" o governo tentar manter uma proposição que só beneficia as empresas do cartel da saúde, em detrimento dos beneficiários daqueles planos.

- Eu era contra o projeto na forma como estava, mas depois das modificações do relator creio que a proposição fi-

cou menos "economicista" - sustentou a senadora, que lamentou a iniciativa de Romero Jucá, "de caráter meramente protelativo, para obstruir a matéria em votação".

Para Benedita da Silva, a unificação dos tratamentos de saúde, proposta por Sebastião Rocha, marcaria o fim das "cláusulas leoninas" contidas nos contratos dos planos em vigor no mercado, que, a seu ver, não atendem ao usuário nas doenças mais graves. "Como o governo não quer ceder nesse sentido a solução é apresentar um novo projeto", acrescentou.

Projeto de conversão acaba com a licença-prêmio, propicia a extinção de 33 mil cargos e proíbe o pagamento de horas extras para ocupantes de cargos em comissão, entre outras alterações

Aprovada MP que altera regras do serviço público

CAS recebe missões do BID e Bird

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS), presidida pelo senador Ademir Andrade (PSB-PA), recebe hoje, em reunião marcada para as 15h, uma delegação do Bird (Banco Mundial) e do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). A comitiva está no Brasil para avaliar a operacionalização do Programa de Reforço à Reorganização do SUS (Reforsus).

Esse programa, de iniciativa do Ministério da Saúde, tem financiamento do Bancos Mundial e do BID, e visa implementar ações estratégicas para o fortalecimento e desenvolvimento do SUS, através da recuperação física e tecnológica da rede de serviços de saúde existente. O programa prevê, para isso, a ampliação e o reequipamento de postos de saúde, hospitais, laboratórios e hemocentros.

João Rocha: pela autonomia universitária

O senador João Rocha (PFL-TO) considera a autonomia universitária mais importante que a unificação das datas dos vestibulares. Ele manifestou essa posição em parecer contrário a projeto de autoria do senador Casildo Maldaner (PMDB-SC) que determina a realização, na mesma data, dos concursos para ingresso nas universidades. A matéria ainda será apreciada pela Comissão de Educação.

De acordo com o senador, a atual regulamentação para o ingresso no ensino superior, que permite às universidades definir o calendário das atividades acadêmicas, tornou-se fundamental para a maior adaptação às peculiaridades regionais e melhor atendimento ao aluno.

Mediante projeto de conversão, o Congresso aprovou a Medida Provisória 1595-14/97 que altera o regime jurídico dos servidores públicos, acabando com a licença-prêmio, propiciando a extinção de 33 mil cargos públicos e proibindo o pagamento de horas extras para ocupantes de cargos em comissão. A decisão teve o apoio de 275 deputados e o voto contrário de 127.

O Senado aprovou a matéria por maioria simbólica. Declararam voto contrário os senadores Josaphat Marinho (PFL-BA), Epietácio Cafeteira (PPB-MA), Benedita da Silva (PT-RJ), Emília Fernandes (PDT-RS), Roberto Freire (PPS-PE), Eduardo Suplicy (PT-SP), Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) e Ademir Andrade (PSB-PA). A medida agora vai à sanção presidencial.

Durante os debates, o deputado Chico Vigilante (PT-DF) anunciou que, em decorrência dessa MP, a secretária-executiva do Ministério da Administração estaria anunciando a demissão de 4 mil e 500 servidores federais em Brasília. O líder do governo no Congres-



Sessão conjunta do Congresso debate a medida que permitirá a extinção de 33 mil cargos públicos

so, José Roberto Arruda (PSDB-DF), contestou o deputado, dizendo que, se estavam ocorrendo demissões, eram no GDF.

O projeto de conversão aprovado determina que o ocupante de cargo em comissão ou função de confiança submete-se a regime de integral dedicação ao serviço, podendo ser convocado sempre que houver interesse da administração, sem qualquer direito ou vantagem. Prevê também que esses servidores terão substitutos que assumirão automaticamente

nos seus afastamentos, podendo optar pela remuneração de um deles durante o respectivo período.

A medida aprovada dispõe também que, após cada quinquênio de trabalho, o servidor poderá afastar-se por três meses, mas apenas para curso de capacitação profissional. O projeto de conversão proíbe a acumulação de vencimento de emprego público com proventos da inatividade e, quando houver acumulação ilegal de cargos, determina que o servidor terá 10 dias para fazer sua opção.

Outra decisão é a de que os servidores não abrangidos pela estabilidade garantida nas Disposições Transitórias da Constituição Federal, desde que haja interesse da administração pública, poderão ser exonerados, mediante indenização de um mês de remuneração por cada ano trabalhado. Por esse projeto de conversão, ficou também extinta a incorporação da retribuição pelo exercício de função de direção, chefia ou assessoramento, cargo de provimento em comissão ou de natureza especial.

Governo pretende aprimorar medida sobre deficientes e idosos antes da votação

Logo após o líder do governo, senador José Roberto Arruda (PSDB-DF), admitir que a matéria não era fundamental para o ajuste fiscal, o Congresso decidiu adiar a votação da Medida Provisória 1599-38/97, destinada a alterar a lei que assegura renda mensal vitalícia aos maiores de 70 anos e aos portadores de deficiência.

Nós não concordamos com essa medida provisória e vamos estudá-la melhor, a fim de modificá-la até a data da reedição. As lideranças

assumem o compromisso de renegociá-la - disse o líder do governo quando a matéria ia entrar em votação.

O debate da MP começou com o deputado Paulo Lustosa definindo-a como "um momento de infelicidade do Poder Executivo" e considerando fundamental que ela fosse retirada. Falando em nome do Bloco Oposição, o deputado José Machado disse que sua bancada iria levar esse debate para as ruas, a fim de que a opinião pública visse o que o governo estava fa-

zendo.

A senadora Benedita da Silva (PT-RJ) considerou grave o exame dessa matéria exatamente no Dia Internacional dos Portadores de Deficiência Física. "É assombroso que, num dia como esse, uma medida provisória do governo queira pura e simplesmente retirar esses direitos", argumentou ela. A senadora considerava conveniente que a matéria fosse votada, para que a opinião pública conhecesse o comportamento dos governistas.

O líder do PFL na Câmara, Inocêncio Oliveira, explicou que a base de sustentação do governo estava empenhada em aprimorar essa MP, para que a alteração da Lei Orgânica da Assistência Social não tivesse consequências graves. Ele reconheceu a importância de os velhos e deficientes não ficarem desamparados. José Roberto Arruda insistiu em que a matéria pode ser aprimorada, reconhecendo que ela "tem equívocos". Por isso a decisão foi adiada.



Fogaça: mudança na Previdência



Elcio Alvares: aprovação integral

Novas regras para contas inativas, Previdência e crédito à exportação

Na sessão encerrada na madrugada de ontem, além de aprovar as mudanças no Imposto de Renda, o Congresso aprovou dois projetos de lei de conversão e uma medida provisória. As matérias integram o ajuste fiscal destinado a aumentar as receitas federais e reduzir despesas públicas.

Um dos projetos de lei de conversão, elaborado pelo senador José Fogaça (PMDB-RS) sobre a Medida Provisória nº 1.596, modifica 21 artigos e revoga dois dispositivos da Lei nº 8.212, que trata da organização e custeio da Previdência Social; modifica 21 artigos e revoga sete dispositivos da Lei nº 8.213, que dispõe sobre os planos de benefícios da Previdência Social; muda quatro artigos da CLT e dois da lei que instituiu o Simples.

Entre essas mudanças, o relator destacou a integração no regime geral da Previdência Social, na categoria de autônomos, dos garimpeiros que trabalham sem o auxílio de empregados. Além disso, Fogaça considerou oportuna a revisão da base de incidência da contribuição empresarial dos clubes de futebol profissional destinada à seguridade social.

Ao invés de recolherem apenas 5% sobre a renda dos espetáculos desportivos, os clubes também passarão a recolher sobre a receita bruta decorrente de contratos de patrocínio, licenciamento de uso de marcas e símbolos, publicidade e transmissão de jogos.

Para Fogaça, foi oportuna também a proposta do governo de revogar a concessão de aposentadorias especiais a

jornalista, telefonista e juiz classista, pois "inexiste fundamentação de cunho técnico-científico para tal". No entanto, esse argumento não se estende ao caso dos aeronautas, na opinião do senador, daí ele ter suprimido a medida no projeto de lei de conversão. Quanto às telefonistas e aos juizes classistas, Fogaça propôs que o governo elabore regras de transição.

CONTAS

A Medida Provisória nº 1.597 foi aprovada integralmente pelo Congresso, conforme parecer apresentado pelo relator, senador Elcio Alvares (PFL-ES). Pela decisão, os saldos não reclamados de contas bancárias que não foram recadastradas serão recolhidos ao Banco Central, inicialmente, e depois ao Tesouro Nacional. Os valores serão publicados no *Diário Oficial*, com as respectivas instituições depositárias, agências e número das contas, e os possíveis atingidos terão 30 dias para reivindicar seus saldos.

Os recursos terão o seguinte destino: 60% para o Programa Nacional de Reforma Agrária e 40% para o Fundo de Garantia para Promoção da Competitividade.

EXPORTAÇÃO INDIRETA

Outro projeto de lei de conversão aprovado cria a "exportação indireta" para a venda, pelo fabricante, de insumos que integrem o processo produtivo, o de montagem e o de embalagem de mercadorias destinadas à exportação. O objetivo da MP e do projeto é garantir o acesso às linhas de crédito comercial externas, com taxas de juros inferiores às internas.

Congresso acolhe mudança para estender o benefício a todas as firmas de pequeno porte. Antes, só valia para as exportadoras

Fundo de aval para pequena empresa terá maior abrangência

Mediante projeto de lei de conversão da Medida Provisória nº 1.601, o plenário do Congresso aprovou ontem a criação do Fundo de Garantia para Promoção da Competitividade (FGPC), cujos recursos serão utilizados para garantir o risco das operações de financiamento realizadas pelo BNDES e pela Agência Especial de Financiamento Industrial (Finame).

O fundo de aval destina-se à garantia de financiamentos feitos por micro e pequenas empresas com receita operacional bruta anual de até R\$ 720 mil e por médias empresas com receita operacional líquida anual de até R\$ 15 milhões. No caso destas últimas, a garantia só abrangerá aquelas que sejam exportadoras ou fabricantes de insumos que integrem o processo produtivo, o de montagem e de embala-



Arruda: MP foi aprimorada

gem de mercadorias destinadas à exportação.

A medida provisória foi aprimorada - assegurou o relator do projeto e líder do governo no Congresso, senador José Roberto Arruda (PSDB-DF). Na proposta do governo, o fundo destinava-se às operações de financiamento para expansão, modernização, relo-

calização ou produção destinada à exportação. No projeto de lei de conversão, o aval do fundo foi estendido a todas as micro e pequenas empresas, exportadoras ou não.

O FGPC, vinculado ao Ministério do Planejamento e Orçamento e gerido pelo BNDES, contará com um patrimônio inicial formado por recursos destinados à União por força da Medida Provisória nº 1.597, também aprovada ontem à noite: 40% do montante dos saldos de contas correntes que não foram recadastradas até 28 de novembro de 1997.

A maioria dos líderes partidários de oposição votou favoravelmente ao projeto, destacando que, no conjunto do ajuste fiscal, ele era o único sem caráter recessivo e desempregador.

Lucros dos fundos, autarquias e fundações amortizarão dívida pública

Por 303 votos favoráveis, 103 contra e uma abstenção, na Câmara dos Deputados, e por maioria simbólica no Senado, o plenário do Congresso aprovou outro projeto de lei de conversão, da Medida Provisória nº 1.600, que destina à amortização da dívida pública federal o superávit financeiro de fundos, autarquias e fundações integrantes dos orçamentos Fiscal e da Seguridade Social.

O superávit financeiro a ser recolhido aos cofres do Tesouro Nacional refere-se ao apurado no exercício de 1997 e seguintes. Pelo projeto, também servirão para abater a dívida pública as disponibilidades financeiras existentes em poder do Tesouro Nacional e destinadas, no encerramento do exercí-



Kleinübing: para reduzir o déficit

cional da Cultura (FNC) e o Fundo Nacional do Café (Funcafé).

Conforme o parecer do relator, senador Wilson Kleinübing (PFL-SC), a iniciativa do governo constitui importante medida de política fiscal e busca reduzir o déficit público. Além do superávit e das disponibilidades financeiras, o projeto de lei de conversão também destina ao pagamento da dívida pública a receita do Tesouro Nacional decorrente do pagamento de participações e dividendos pelas entidades integrantes da administração pública federal.

O líder do governo no Congresso, senador José Roberto Arruda (PSDB-DF), disse que, entre as inúmeras medidas do ajuste fiscal destinadas a reduzir o déficit público, esta é "a que atua mais diretamente e a curto prazo".



Boaventura lembra do escritor

Boaventura reverencia Bernardo Élis

O senador Albino Boaventura (PMDB-GO) homenageou o escritor goiano Bernardo Élis, que faleceu esta semana, pela contribuição de seu "estilo cortante, denso e profundo, contaminado pela expressão de caráter regionalista", perpetuando a presença de Goiás na literatura brasileira. "É meu compromisso reverenciar a memória da figura mais importante e marcante das letras no meu estado", declarou.

- Ele serviu aos seus contemporâneos com a força do ardor intelectual voltado para a justiça, mas os seus caminhos foram sempre de renúncia, de simplicidade. As glórias do reconhecimento público não foram buscadas, mas vieram naturalmente - afirmou o senador, enfatizando que Bernardo Élis foi o primeiro escritor goiano membro da Academia Brasileira de Letras.

Albino Boaventura lembrou que o senador Mauro Miranda, a quem substituiu no Senado, também mostrou-se preocupado em homenagear o escritor, já adoentado e com 82 anos, quando, em junho deste ano, reproduziu queixas de Bernardo Élis sobre os limites impostos aos literatos do interior do país. "Concordo inteiramente com meu ilustre companheiro. Faltava ao escritor o reconhecimento oficial", afirmou Boaventura.

Para Boaventura, a melhor maneira de homenagear o escritor é não esquecer o patrimônio literário que ele produziu desde *Ermos e Gerais*, publicado em 1944, e que "fica para nós como algo que deve ser permanentemente analisado, compreendido e assimilado".



0800 - 612211

FALA, CIDADÃO

Nesta seção, o *Jornal do Senado* publica perguntas dirigidas pelo público aos senadores, abordando questões relevantes em debate no Congresso Nacional. Você pode participar telefonando para 0800-61-2211. A ligação é gratuita

Eduardo Pereira, de Campo Grande (MS); José Ricardo da Silva, de Araçatuba (SP); Antônio Paulo Chagas, de Lorena (SP); e Maria Helena Medeiros, de Belo Horizonte (MG), questionam o veto do presidente Fernando Henrique Cardoso ao artigo do novo Código Nacional de Trânsito que mantinha a obrigatoriedade do exame psicotécnico para os motoristas. Eles perguntam se o Congresso Nacional pode derrubar o veto.



Francelino Pereira

O senador Francelino Pereira (PFL-MG), presidente da Comissão Especial encarregada de apreciar o projeto do novo Código, responde:

Francelino Pereira: O veto presidencial aos artigos que exigiam o exame psicotécnico foi uma surpresa. Sendo um código com mais de 350 artigos, era previsível que alguns dispositivos fossem vetados, mas não nesse capítulo, o qual nunca sofreu qualquer tipo de restrição por parte da população. Sou totalmente favorável à derrubada do veto do presidente da República e estou certo de que Fernando Henrique Cardoso não vai empenhar-se na aprovação, pelo Congresso, de sua decisão.

O projeto do novo Código de Trânsito tramitou por mais de dois anos no Senado, depois de debatido por período semelhante na Câmara dos Deputados. Discutimos detalhadamente a proposta e realizamos audiências públicas. Visi-

tamos os estados e estimulamos a presença feita em relação ao Congresso Nacional e, particularmente, ao Senado, para que pudéssemos encaminhar a questão de acordo com a vontade popular.

Nossa posição favorável à manutenção do exame psicotécnico não está baseada em qualquer preocupação corporativista. Também não existe inquinação com o problema do mercado, porque, na verdade, a não obrigatoriedade do exame reduz uma área de trabalho pouco importante para os psicólogos. A preocupação é exclusivamente com os motoristas, com aqueles que dirigem o destino de cada cidadão, pois é na avaliação psicológica que se identificam pontos cruciais no comportamento das pessoas. No momento em que se retira do Código esse dispositivo ou essa avaliação, nós estamos colocando motoristas sem condições psicológicas adequadas numa posição de verdadeiros assassinos.

Georgina Calimã, de Brasília, sugere criação de uma lei que regule a ligadura de trompas pelo Sistema Único de Saúde (SUS). O senador Carlos Patrocínio, médico e envolvido com a questão do planejamento familiar, comenta a sugestão.

Carlos Patrocínio: Hoje nós temos em vigência, embora ainda não regulamentada, a Lei 9.263, que estabelece o planejamento familiar em nosso país, bem como as normas e condições em que ele pode ser efetuado.

Em uma noite memorável, o Congresso Nacional derrubou os vetos que o presidente da República havia apostado a vários artigos do projeto de lei que estabelece o programa de planejamento familiar no país. Estes artigos, a meu ver os mais importantes, permitem que pessoas pobres procurem o serviço público, sobretudo através do SUS, para realizar a laqueadura ou a vasectomia, desde que atendidos os

seguintes requisitos: primeiro, é necessário o consentimento de ambos os cônjuges, quando há uma união estável; segundo, a mulher precisa ter, no mínimo, 25 anos e dois filhos; terceiro, a laqueadura em pessoas com alienação mental depende de ordem judicial; e quarto, é proibido ligar as trompas logo após o parto, durante o puerpério e no momento em que se faz uma curetagem por aborto.

O próprio presidente Fernando Henrique Cardoso, depois de ouvir os clamores da população, dos parlamentares e até de sua mulher, dona Ruth Cardoso, trabalhou junto às lideranças do Congresso para que seus vetos fossem derrubados. Eu tinha apresentado um projeto de lei, que versava basicamente sobre os artigos vetados pelo presidente da República. Com a derrubada dos vetos, minha proposta perdeu o sentido e retirei-a de tramitação.

Agora, é necessário que haja um decreto de regulamentação dessa lei, para que os hospitais do SUS e conveniados possam realizar as cirurgias de esterilização. Defendo também a reativação do Paise, o Programa de Atendimento Integral à Saúde da Mulher. Isso porque, nesse processo de planejamento familiar, é essencial orientar, instruir. Mais importante que esterilizar é mostrar à mulher e ao homem os diversos métodos contraceptivos que estão a sua disposição e que, às vezes, são mais baratos e menos arriscados.



Carlos Patrocínio

Marisa Romão, que denunciou em reportagens para a TV o episódio de Eldorado dos Carajás, está sendo ameaçada de morte. Antonio Carlos Magalhães pede providências ao MJ

Senado apóia jornalista ameaçada

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, recebeu ontem a jornalista Marisa Romão, que denunciou em reportagens para a TV o episódio de Eldorado dos Carajás e agora estaria sendo ameaçada de morte. Com apoio da Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj) e da Polícia Federal, a jornalista deixou o Pará na última segunda-feira (dia 1º) com seus dois filhos. O senador prometeu manter contato com o ministro Iris Rezende, da Justiça, para assegurar um esquema eficaz e permanente de proteção à jornalista e sua família e solidarizou-se com Marisa em nome da Casa.

A jornalista e seus dois filhos estão em Brasília sob proteção policial e amparados tanto pela Fenaj quanto pela Federação Internacional dos

Jornalistas (FIJ) e a Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados. O encontro de Marisa com Antonio Carlos foi acompanhado pelo senador Eduardo Suplicy (PT-SP), que está participando de toda a atividade de proteção à família, bem como da denúncia das ameaças de morte, visando à apuração das responsabilidades.

No encontro com o senador Antonio Carlos Magalhães, o presidente da Federação Nacional dos Jornalistas, Américo Antunes, destacou a importância de o Brasil ter urgentemente um esquema institucional de proteção de testemunhas, nos moldes dos programas de proteção de testemunhas disponíveis em outros países. O parlamentar lembrou que o Congresso examina no momento um projeto de lei propondo exatamente esse mecanismo.



ACM quer proteção eficaz à jornalista e sua família

Suplicy: encontro importante para a segurança da testemunha



Suplicy: "Repórter foi a principal testemunha de massacre no Pará"

Durante a sessão conjunta do Congresso da tarde de ontem, o senador Eduardo Suplicy (PT-SP) ressaltou a importância do fato de o presidente Antonio Carlos Magalhães ter recebido em seu gabinete no Senado a jornalista Marisa Romão. Ela foi a principal testemunha na condenação dos policiais militares envolvidos no episódio, no ano passado, quando morreram 19 membros do Movimento dos Sem-Terra, em conflito no município de El-

dorado dos Carajás, no Pará. Marisa Romão, segundo Suplicy, veio ao presidente do Senado e do Congresso pedir proteção à sua vida, que tem sido ameaçada por pessoas ligadas aos 150 PMs paraenses que foram condenadas com base em reportagens e material jornalístico colhido pela jornalista.

Suplicy louvou a atitude de Antonio Carlos, ressaltando que esse apoio é fundamental para a segurança da testemunha.

Comissão do Mercosul prepara estratégia

Debater as posições que serão adotadas pela representação brasileira na 10ª Sessão Plenária da Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul, que se realizará nos dias 12 a 15 deste mês, em Montevidéu, no Uruguai,

é o principal objetivo da reunião que será realizada hoje, às 10h, pela Seção Brasileira desse grupo parlamentar. A reunião terá a presença do embaixador Renato Rodrigues Marques, diretor-geral do Departamento de

Integração Latino-Americana do Itamaraty, que fará uma avaliação dos impactos sobre o Mercosul resultantes das medidas econômicas recentemente adotadas pelo governo brasileiro. Os integrantes da Seção Brasileira da Comissão

Conjunta do Mercosul, presidida pelo senador Lúdio Coelho (PSDB-MS), debaterão ainda a agenda da 13ª Reunião do Conselho do Mercado Comum. Esta reunião também se realizará em Montevidéu, no próximo dia 15.

PROGRAMAÇÃO

TV SENADO

24 horas no ar

7h - Entrevista com o senador Osmar Dias (PSDB-PR) sobre os empréstimos pedidos pelo governo do Paraná (inédito)

7h40 - "Senado em Pauta"

8h - Debate com o jornalista Inimá Simões sobre as propostas de criação de um órgão de auto-regulamentação para o cinema e a televisão (reapresentação)

9h30 - Entrevista com o senador Osmar Dias (reapresentação)

10h - Sessão plenária (vivo)

14h30 - Sessão plenária (vivo)

Logo após: Comissão de Assuntos Sociais (pré-gravado)

20h30 - "Congresso Hoje"

20h40 - "Senado em Pauta"

21h - Sessão plenária (reapresentação)

1h - Entrevista com o senador Osmar Dias (reapresentação)

2h30 - Sessão plenária (reapresentação)

6h30 - "Congresso Hoje" (reapresentação)

6h40 - "Senado em Pauta" (reapresentação)

RÁDIO SENADO

24 horas no ar

7h30 - "Jornal do Senado" (1ª edição)

7h40 - Música e informação

10h15 - "Plenário em Revista"

10h30 - Sessão plenária

Em seguida - Música e informação

13h30 - "Jornal do Senado" (2ª edição)

13h45 - Música e informação

14h15 - "Plenário em Revista"

14h30 - Sessão plenária

Em seguida - Música e informação

19h - "A Voz do Brasil"

20h - Música e informação

22h30 - "Jornal do Senado" (3ª edição)

22h45 - Música e informação

0h - Retransmissão da sessão plenária

4h - Música e informação até as 7h30

Aprovada indicação de general para o STM

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou ontem mensagem do presidente da República indicando o nome do general-de-exército Germano Arnoldi Pedrozzi para exercer o cargo de ministro do Superior Tribunal Militar (STM), na vaga decorrente da aposentadoria do também general-de-exército Luiz Guilherme de Freitas Coutinho. A matéria, que depende ainda de apreciação do plenário, foi relatada pelo senador Bernardo Cabral (PFL-AM), presidente da CCJ.

Conforme o relator, o general desempenhou com "justiça, zelo e dedicação um papel honroso e digno de oficial das Forças Armadas". No currículo do ministro indicado constam cursos de pós-graduação na Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais; Altos Estudos Militares, na Escola de Comando e Estado-Maior do Exército; e ainda estudos na Escola Superior de Guerra da França.

Proposta do senador José Eduardo Dutra é aprovada. Entre os depoentes estarão o ministro da Administração, Bresser Pereira, e o ex-prefeito Tarso Genro, de Porto Alegre

CCJ vai realizar audiência pública para debater reforma administrativa

O ministro da Administração e da Reforma do Estado, Bresser Pereira, o ex-prefeito de Porto Alegre Tarso Genro, o professor de Direito da PUC de São Paulo Celso Antônio Bandeira de Melo e o procurador do Banco Central Erasto Villa Verde Filho serão convidados pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) para uma audiência pública sobre a proposta de reforma administrativa.

A decisão foi tomada na reunião de ontem, por sugestão do líder do Bloco Oposição, senador José Eduardo Dutra (PT-SE). A audiência será realizada provavelmente no próximo dia 11.

CONTRATO TEMPORÁRIO

Na mesma reunião, a CCJ adiou a votação de projeto de lei do Executivo que trata do contrato de trabalho por prazo determinado. O relator, senador Romeu Tuma (PFL-SP),



Romeu Tuma (ao microfone) deu parecer favorável ao projeto dos contratos de trabalho temporário

deu parecer favorável à proposta, mas muitos senadores, inclusive de partidos da base de sustentação do governo, anunciaram que votariam pela rejeição do contrato temporário de trabalho - posição assumida em votos em separado pelos senadores Josaphat Marinho (PFL-BA) e Dutra, que consideraram o projeto inconstitucional.

Durante o debate, Tuma informou que o presidente da Força Sindical, Luiz Antonio Medeiros, considera uma alternativa importante o contrato temporário. Manifestaram-se contra o projeto os senadores Epitácio Cafeteira (PPB-MA), para quem "emprego com contrato temporário é muito parecido com desemprego", Jefferson Péres (PSDB-AM), Ro-

berto Requião (PMDB-PR), José Fogaça (PMDB-RS) e Lúcio Alcântara (PSDB-CE) - que informou ser sua tendência votar contrariamente à proposição. Contra o voto de Requião, a votação foi adiada por sugestão do senador Ramez Tebet (PMDB-MS), que alegou ser necessário um melhor exame dos votos em separado.

Proposta para demitir servidor público é iníqua, diz Bianco

O senador José Bianco (PFL-RO) elogiou ontem artigo do jornalista Josemar Dantas, publicado no dia 24 de novembro no *Correio Braziliense*, considerando "iníqua e inútil" a demissão de 33 mil servidores proposta pelo governo federal dentro das 51 medidas do ajuste fiscal. Segundo o senador, o autor do texto tem razão quando diz que a culpa do desequilíbrio fiscal está nos seguidos déficits das contas externas, que somam hoje a importância de US\$ 35 bilhões, e não nos gastos com a folha de salário da administração pública.



Bianco, contrário às demissões, condenou medida do ajuste fiscal

do na verdade "essas medidas são fruto da insensibilidade de tecnocratas".

- O que fizeram os funcionários públicos miserabilizados para que a situação chegasse para esse extremo? - indagou.

José Bianco pediu que o artigo seja transcrito e registrado nos Anais da Casa, "para

servir de norte e exemplo aos que têm a responsabilidade de votar o pacote das 51 medidas adotadas pelo Executivo".

- É um editorial digno de ser analisado e refletido por todos os que temos o dever de votar, no Congresso Nacional, as medidas do ajuste fiscal - afirmou.

Em debate, regras para o sistema financeiro

Ainda na reunião de ontem, a CCJ adiou a votação de proposta de emenda à Constituição do senador José Serra (PSDB-SP) que pretende suprimir do texto constitucional a parte relativa ao sistema financeiro nacional, com o objetivo de facilitar a regulamentação da matéria. Isso porque o texto constitucional exige uma única lei complementar para regular o sistema financeiro, o que inviabiliza a regulamentação, já que a lei complementar requer *quorum* qualificado e que uma só lei teria de tratar de vários segmentos do mercado financeiro, o que torna difícil o entendimento.

O relator, senador Jefferson Péres (PSDB-AM), apresentou substitutivo com o propósito de não retirar da Constituição os assuntos referentes à Ordem Econômica e Financeira. Jefferson substituiu a exigência de lei complementar por leis ordinárias para a regulamentação da matéria. No curso dos debates, Serra admitiu modificações na proposta inicial. Ficou acertado então que o autor, o relator e os senadores José Fogaça (PMDB-RS) e Lúcio Alcântara (PSDB-CE) tentarão um novo substitutivo de consenso. O assunto foi debatido por Dutra, Fogaça, Alcântara, Roberto Freire (PPS-PE) e Francolino Pereira (PFL-MG).